

O que é saneamento básico?



O saneamento básico é um direito assegurado pela Constituição e definido pela Lei n. 11.445/2007 como o conjunto dos serviços, infraestruturas e instalações operacionais de **abastecimento de água, esgotamento sanitário**, limpeza urbana, manejo de resíduos sólidos e drenagem e manejo das águas pluviais, limpeza e fiscalização preventiva das respectivas redes urbanas.

Os serviços de água tratada, coleta e tratamento dos esgotos aumentam a qualidade de vida, sobretudo na saúde infantil com redução da mortalidade, melhorias na educação, na expansão do turismo, na valorização dos imóveis, na renda do trabalhador, na despoluição dos rios e na preservação dos recursos hídricos, entre outros benefícios sociais, ambientais e econômicos.

Qual a situação do acesso ao abastecimento de água e esgotamento sanitário no Brasil?

Abastecimento de água

- 83,6% dos brasileiros são atendidos com abastecimento de água tratada;
- São quase 35 milhões de brasileiros sem acesso a este serviço básico;
- Em média, cada habitante consome por dia 154,9 litros, número superior aos 110 litros estabelecido pela ONU;
- São perdidos, em média, 38% de toda a água tratada antes de chegar às residências, mostrando a grande ineficiência na prestação destes serviços.

Esgotamento sanitário

- 53,2% dos brasileiros têm acesso à coleta de esgoto;
- Quase 100 milhões de brasileiros não têm acesso à rede de esgoto;
- 46,3% dos esgotos gerados no país são tratados, ou seja, cerca de 53,7% dos esgotos são lançados sem tratamento na natureza;
- Em 2018, o país lançou aproximadamente 5.715 piscinas olímpicas de esgotos não tratados na natureza por dia;
- Há cerca de 4 milhões de habitantes sem acesso a banheiro.

Principais leis e normativos do setor de saneamento

Lei Federal n. 11.445/2007	Marco regulatório do setor – Estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico. Considerando as muitas alterações sofridas na sua versão original com a aprovação da Lei n. 14.026/2010, a Lei n. 11.445/2007 também é chamada como o Novo Marco Regulatório do Setor.
Lei Federal n. 9.984/2000	Lei Criação da Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA) – Estabelece competências da ANA para instituição de normas de referência para a regulação dos serviços de saneamento básico.
Lei Federal n. 14.026/2020	Altera as Lei nº 9.984/2000 (Lei de Criação da ANA); Lei nº 11.107/2005 (Lei dos Consórcios); Lei nº 11.445/2007 (Marco Regulatório do Setor); Lei nº 12.305/2010 (Política Nacional de Resíduos Sólidos – PNRS); Lei nº 13.089/2015 (Estatuto da Metrópole).

Quem elegeremos em 2020?



O QUE FAZ UM **prefeito**?

O Prefeito é o chefe do Poder Executivo municipal. Cabe a ele, junto com sua equipe de secretários e funcionários, administrar a cidade, executar obras, prestar serviços públicos, estabelecer prioridades e estratégias, implementar políticas, entre outras. Em Santa Catarina, são 295 municípios que escolherão seus Prefeitos.



CÂMARA MUNICIPAL: o que faz?

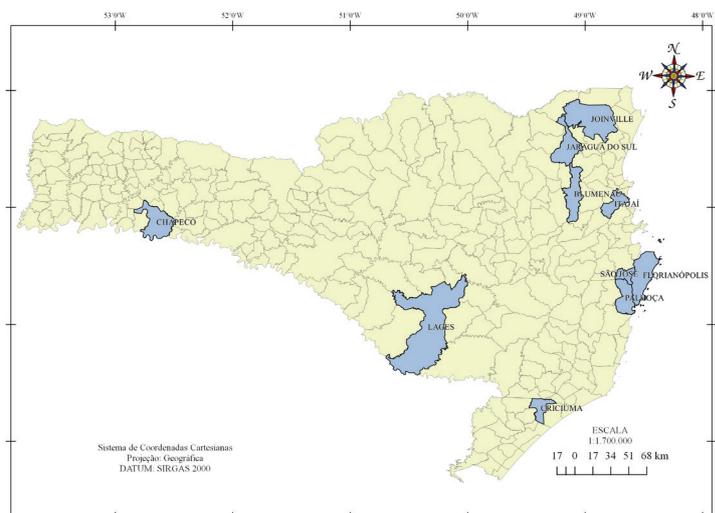
A Câmara de Vereadores é o órgão legislativo municipal, cuja função principal é a formulação das leis, bem como fiscalizar o trabalho do Executivo e as receitas e despesas do município. O número de vereadores em cada Câmara varia com o porte populacional. Em Santa Catarina, as Câmaras de Vereadores podem eleger de 9 a 23 vereadores em cada legislativo.

A Região Sul é composta por 3 estados e abriga 14,26 % da população do país (29.975.984 hab.), (IBGE, 2019). O Estado de Santa Catarina é o terceiro da região em termos populacionais, com 7.164.788 hab. (IBGE, 2019).

Os 10 maiores municípios em população de Santa Catarina são: Joinville, Florianópolis, Blumenau, São José, Chapecó, Itajaí, Criciúma, Jaraguá do Sul, Palhoça e Lages. Juntos, possuem 2.857.351 hab., ou 39,88 % da população do estado.

Na tabela a seguir são mostrados os resultados do SNIS (2018) para 4 importantes indicadores de saneamento no Brasil, Região Sul e Santa Catarina, bem como para os 10 maiores municípios catarinenses, os quais mensuram os níveis de universalização (IN055, IN056, IN046) e de eficiência dos serviços (IN049).

Conclui-se que para os 10 maiores municípios, o melhor indicador é o acesso ao abastecimento de água (IN055), superior à média nacional. No que se refere as perdas de água (IN049), em 5 municípios há perdas superiores à média nacional. Já a coleta dos esgotos (IN056) e ao tratamento dos esgotos (IN046) apresentam a pior situação dentre os indicadores analisados, o que demonstra a necessidade de investimentos durante a próxima gestão municipal (2021-2024).



Região	População com abastecimento de água (IN055) - %	Perdas de água na distribuição (IN049) - %	População com coleta de esgoto (IN056) - %	Volume de esgoto tratado (IN046) - %
Brasil	83,6	38,5	53,2	46,3
Região Sul	90,2	37,1	45,2	45,4
Estado de Santa Catarina	89,1	34,6	23,7	27,8
Município	IN055 (%)	IN049 (%)	IN056 (%)	IN046 (%)
Joinville	97,7	46,5	31,8	25,1
Florianópolis	100,0	43,0	64,1	48,0
Blumenau	99,9	23,0	41,0	32,4
São José	100,0	40,5	38,4	32,7
Chapecó	90,6	48,0	34,1	55,7
Itajaí	99,0	11,8	29,6	14,1
Criciúma	100,0	33,2	29,8	21,8
Jaraguá do Sul	99,4	34,7	80,8	65,7
Palhoça	91,6	8,3	10,1	6,4
Lages	98,3	42,3	25,5	17,5

Legenda:
 (IN055) - Índice de atendimento total de água (%)
 (IN049) - Índice de perdas na distribuição (%)
 (IN056) - Índice de atendimento total de esgoto referido aos municípios atendidos com água (%)
 (IN046) - Índice de esgoto tratado referido à água consumida (%)

Fonte: SNIS (2018).

Situação da prestação dos serviços e regulação dos 10 maiores municípios

Em relação ao prestador de serviços, 4 dos 10 municípios os serviços são operados pela CASAN, 1 município é operado por empresa pública (Águas de Joinville) e nos demais por prestadores locais, sendo em um deles em conjunto com prestador privado. Quanto à regulação, 5 dos 10 municípios são regulados pela agência estadual (ARESC), 1 por agência intermunicipal do Vale do Itajaí (AGIR) e 4 por outra agência intermunicipal (ARIS), o que mostra que a regulação e fiscalização dos serviços nos municípios encontra-se consolidada em diferentes formatos, seja por meio de ente regulador local, intermunicipal ou estadual. Os relatórios de fiscalização das agências são encontrados nos seguintes links: (ARESC: <http://www.aresc.sc.gov.br/saneamento/index.php/relatorio2>; ARIS: <https://www.aris.sc.gov.br/relatorio?categoria=0>; AGIR: <https://www.agir.sc.gov.br/documento/relatorios-de-fiscalizacao?title=Relat%C3%B3rios+de+Fiscaliza%C3%A7%C3%A3o>).

Município	Prestador de serviços	Serviços	Regulação	Existência de PMSB
Joinville	CAJ	Água e esgoto	ARIS SC	Possui plano
Florianópolis	CASAN	Água e esgoto	ARESC	Possui plano
Blumenau	SAMAE/BRK	Água/Esgoto	AGIR	Possui plano
São José	CASAN	Água e esgoto	ARESC	Possui plano
Chapecó	CASAN	Água e esgoto	ARIS SC	Possui plano
Itajaí	SEMASA	Água e esgoto	ARESC	Possui plano
Criciúma	CASAN	Água e esgoto	ARESC	Possui plano
Jaraguá do Sul	SAMAE	Água e esgoto	ARIS SC	Possui plano
Palhoça	Prefeitura	Água e esgoto	ARIS SC	Possui plano
Lages	SEMASA	Água e esgoto	ARESC	Possui plano

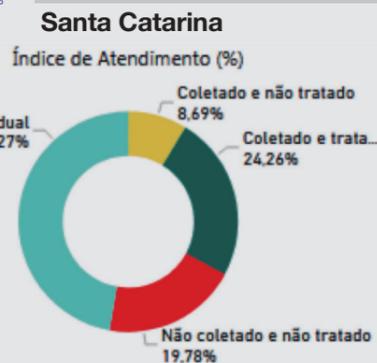
Fonte: SNIS (2018), MCidades (2017), consulta a representantes de prestadores e agências nos estados, buscas de informações na internet.

No que diz respeito a existência de PMSB, em todos os municípios existem planos elaborados, o que demonstra a situação ótima do planejamento do setor. A existência de Planos Municipais de Saneamento Básico é condição para os municípios acessarem recursos da União para obras e ações no setor a partir de 2022, bem como é necessária para a regularidade dos contratos de prestação de serviços.

Situação do esgotamento sanitário em Santa Catarina



Atlas Esgotos – Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico



De acordo com o Atlas Esgotos (2017), 8,69 % dos esgotos das sedes municipais do Santa Catarina são coletados, porém não tratados. Já os esgotos coletados e tratados respondem por 24,26 %. Sem coleta e tratamento, são 19,78 % de todo o esgoto gerado, o que pode comprometer a saúde da população e a proteção dos mananciais superficiais e subterrâneos.

E ainda, cerca de 47,27 % dos esgotos não são coletados pela rede geral, sendo utilizadas soluções individuais para o seu descarte. Nas sedes dos 10 maiores municípios do estado, são estimados R\$ 3,04 bi de investimentos para universalizar a coleta e o tratamento dos esgotos, sendo R\$ 2,22 bi para coleta e R\$ 820 mi para tratamento até o ano de 2035. Esse montante representa 39,79 % de todo o investimento necessário para universalizar o acesso à coleta e tratamento dos esgotos no Santa Catarina.

Fonte: Atlas Esgotos (ANA, 2017).

Situação da saúde e da renda em relação ao acesso ao saneamento

Nos 10 maiores municípios de Santa Catarina houve, em 2018, 799 internações por doenças associadas à falta de saneamento, representando 11,1 % do total dessas internações no estado. Do total de óbitos por doenças relacionadas ao saneamento no estado (76), 30,3 % ocorreram nos 10 maiores municípios. Em média, a renda mensal da população que mora em residências com saneamento é cerca de 2,49 vezes maior em comparação àquelas que não tem acesso nas 10 maiores cidades de Santa Catarina, o que demonstra a necessidade de investimentos no setor para melhoria da saúde e qualidade de vida da população.

Localidade	Internações por doenças associadas à falta de saneamento (Número de internações)	Óbitos por doenças gastrointestinais infecciosas na população total (Número de óbitos)	Rendimento do trabalho das pessoas que moram em residências com saneamento básico (R\$ por mês)	Rendimento do trabalho das pessoas que moram em residências sem saneamento (R\$ por mês)
Brasil	233.880	2.180	2.947,06	501,21
Região Sul	24.899	300	3.204,43	784,09
Estado de Santa Catarina	7.224	76	3.066,91	886,08
Joinville	149	3	3.442,41	1.433,83
Florianópolis	93	4	4.221,93	1.066,12
Blumenau	121	1	3.273,53	1.445,79
São José	52	4	3.487,20	1.519,93
Chapecó	57	2	3.874,58	916,27
Itajaí	55	1	3.059,76	1.268,63
Criciúma	71	0	3.704,19	1.337,04
Jaraguá do Sul	82	1	3.102,28	1.710,67
Palhoça	41	3	2.859,59	1.918,37
Lages	78	4	2.830,37	979,35

Fonte: DATASUS (2018), IBGE (2018). Instituto Trata Brasil - Painel de Saneamento Brasil (2020). Consultar nota técnica: <https://www.painelsaneamento.org.br/sobre/notas>

Responsabilidades dos Prefeitos e Vereadores em saneamento

– Titularidade dos Serviços de Saneamento:

O Prefeito deve formular a política pública de saneamento, além de poder delegar a organização, a regulação, a fiscalização e a prestação desses serviços;

– Articulação com as demais políticas públicas:

O Prefeito e seu secretariado, com o apoio do legislativo, devem articular a política de saneamento com as demais políticas públicas municipais, sobretudo as de saúde, meio ambiente, habitação e desenvolvimento urbano;

– Elaborar e revisar os Planos Municipais de Saneamento Básico:

Cabe ao Prefeito elaborar ou revisar os PMSBs com a aprovação da Câmara de Vereadores, ou por meio de Decreto;

– Instituir Fundos Municipais de Saneamento:

Em conformidade com o respectivo Plano Municipal de Saneamento Básico (PMSB), o Fundo tem a finalidade de financiar a universalização dos serviços públicos de saneamento básico para a população mais carente. Necessita de aprovação da Câmara dos Vereadores;

– Regulação e fiscalização dos serviços de saneamento:

Poderá ser realizada pela própria administração, por meio de agência reguladora municipal, ou delegada a uma agência estadual ou intermunicipal, desde que atenda as normas de referência da ANA;

– Controle Social:

instituir mecanismos de controle social nas atividades de planejamento, regulação e prestação dos serviços, o qual poderá incluir a participação de órgãos colegiados de caráter consultivo;

– Transparência das Informações:

o Prefeito deve se atentar para garantir a população o acesso às informações sobre os serviços de saneamento, instituindo, alimentando e disponibilizando o acesso ao Sistema Municipal de Informações de Saneamento, ou aderindo a um sistema de caráter regional ou estadual.

Definição de metas e elaboração/revisão do Plano de Saneamento Básico: definir metas intermediárias de alcance da universalização para os serviços de abastecimento de água (99% da população) e esgotamento sanitário (90% da população), as quais deverão ser alcançadas até 31 de dezembro de 2033. Nesse contexto, a elaboração ou revisão do Plano Municipal de Saneamento Básico (PMSB) é uma pauta relevante para o Prefeito. Caso o município venha a participar da prestação regionalizada, as metas serão estabelecidas no Plano Regional e não haverá necessidade de elaboração do PMSB. Nesta situação, o município deverá participar da estrutura de governança interfederativa da prestação regionalizada, formada por estado e municípios, que definirá às metas constantes no Plano Regional. Importante ressaltar que, no presente momento, não há no país situações que se configurem em prestação regionalizada e que, nos anos de 2021 e 2022, deverão ser implementados em vários estados (vide Plano Regional).

Repactuar o contrato de prestação dos serviços: revisar as metas de universalização dos contratos de prestação dos serviços (programa e de concessão) para o ano de 2033. Estes contratos deverão estar readequados até 31 de março de 2022. Quando os estudos apontarem para a inviabilidade econômico-financeira da universalização em 2033, mesmo após o agrupamento de Municípios de diferentes portes, fica permitida a dilação do prazo, desde que não ultrapasse 1º de janeiro de 2040 e haja anuência prévia da agência reguladora.

Monitorar os avanços: Cobrar anualmente da Agência Reguladora o monitoramento das metas de universalização e de redução de perdas.

Investimentos em medidas estruturais e estruturantes: investir em projetos e sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário, visando a universalização dos serviços no município. Também são necessárias ações para redução de perdas de água, e principalmente para melhoria na gestão dos serviços, inclusive no tocante a existência de um sistema de informações acerca da prestação dos serviços.

Investimentos na capacidade gerencial do município: a dificuldade de realizar a gestão municipal do saneamento não é somente financeira, e esbarra na falta de estrutura e capacidade gerencial do município para execução das políticas públicas do setor. Ao assumir a Prefeitura Municipal, o Prefeito deve avaliar e adequar o quadro de pessoal existente, preferencialmente com técnicos concursados, haja vista se tratar de políticas públicas de longo prazo. Além disso, o endereço institucional do saneamento deve ser claramente identificado, elegendo-o ao posto de departamento, diretoria ou subsecretaria da Prefeitura.

Fiscalizar as contas públicas e os investimentos em saneamento: cabe à Câmara de Vereadores fiscalizar e cobrar dos Prefeitos a execução da política municipal de saneamento básico, bem como a realização de investimentos no setor, em acordo com o estabelecido nas leis do orçamento público municipal e no PMSB.

Elaboração de leis e normativos para o setor: cabe ao Prefeito, através de projetos de lei, a serem aprovados pela Câmara Municipal, a elaboração de leis regulamentadoras do setor. Já para a Agência Reguladora, compete a normatização do setor.

Garantia de transparência das informações: por meio dos Poderes Executivos e Legislativo municipais, ampliar as formas de transparência das informações em saneamento básico para a população, preferencialmente em canais digitais e portais na internet.

Regulação e fiscalização: definir e/ou instituir a Agência Reguladora, que será responsável pela verificação das metas contratadas, acompanhamento do cumprimento do PMSB e da qualidade dos serviços prestados. Caso o município esteja inserido no âmbito da prestação regionalizada, esta responsabilidade caberá a estrutura de governança interfederativa da prestação regionalizada.



RPG+REINFRA
CONSULTORIA

